

A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS NÃO MEDICALIZANTES PARA O AUTISMO: A EXPERIÊNCIA DE UM CLUBE DO LIVRO

Débora Nascimento de Oliveira
UFES
debora-no@hotmail.com

Jair Ronchi Filho
DTEPE/CE/UFES; PPGMP/CE/UFES
Jarofi310562@gmail.com

Elizabeth Bassani
DTEPE/CE/UFES
betebassani23@gmail.com

Eixo temático: Formação de professores
Categoria: comunicação oral

Resumo: O presente artigo visa apresentar a experiência de uma formação continuada organizada pela Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Vitória em parceria com o Programa de Investigação Psicanalítica do Autismo – PIPA (e rabiola) em formato de Clube do livro, objetivando a leitura de biografias e autobiografias de sujeitos com autismo. A formação foi realizada nos anos de 2017 e 2018, estando ainda em curso. A exposição dessa experiência se deve ao fato de considerarmos que esta representa uma forma de problematização e criação de práticas desmedicalizantes que podem ser utilizadas nos âmbitos da educação e da saúde, caminhando dessa forma na contramão de condutas medicalizantes, representadas pela tradução de questões sociais e culturais complexas em questões de ordem biológica. O foco da discussão sobre práticas não medicalizantes aqui é o autismo, devido ao crescimento em âmbitos educacionais, sociais e midiáticos dos debates em torno desta temática, fato que nos leva a reflexões como: De onde veio isso? Por quê? Para quem? Até que ponto o diagnóstico representa avanços, abusos ou certezas? Utilizaremos para tais problematizações pesquisas de autores como Ortega (2013), Fernandes e Gama (2017), Orrú e Silva (2016), Orrú (2016) e Oliveira e Victor (2018), entre outros que nos auxiliem no processo de problematização sobre as representações construídas em torno do autismo em nossa cultura e sociedade, além dos autores das narrativas utilizadas no clube do livro, como Donna Williams, Temple Gradin, Daniel Tammet e Luiz Fernando Vianna. As biografias e autobiografias têm potencial para contribuir ativamente com o debate acerca de questões e controvérsias ligadas ao autismo produzindo efeitos de sentido no leitor e assim servindo como disparador para mudanças de conduta.

Palavras-Chave: Autismo, Biografias, Desmedicalização.

Introdução e objetivos

O objetivo deste artigo é fazer uma problematização acerca do uso da literatura, especificamente da leitura de biografias e autobiografias de sujeitos com autismo, como recomendação de prática não medicalizante para profissionais da educação e da saúde. Os apontamentos realizados aqui são derivados da experiência realizada pela Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Vitória (ES) através da oferta da formação para profissionais da educação em formato de Clube do livro. A referida formação surgiu por meio da parceria da SEME com o Programa de Investigação Psicanalítica do Autismo – PIPA (e rabiola), sendo necessário ressaltar que o objetivo destas leituras não é a aplicação de um método baseado na psicanálise em sala de aula. Contudo, essas leituras se propõem a oferecer uma formação continuada que procura levar aos profissionais a visão da criança ou adulto com autismo como sujeito singular, com sua história de vida, construída em suas relações sociais e em um determinado contexto histórico. Desse modo, afasta-se o olhar patologizante/medicalizante sobre o autismo. As leituras não apresentam uma fórmula ou receita, porém, podem ser utilizadas como inspiração para a criação de ferramentas de ensino e aprendizagem, e, sobretudo, para a problematização sobre formas de acolhimento.

Representações sobre o autismo: referenciais teóricos-metodológicos

Atualmente o autismo ocupa lugar de destaque nos discursos escolares tangentes à inclusão. Rios, Ortega, Zorzanelli e Nascimento (2015) dizem que o autismo teve uma passagem “da invisibilidade à epidemia” (Rios *et. al.*, 2015, p. 325), também ressaltando que tal condição teve uma crescente no campo das pesquisas neurocientíficas e das políticas públicas, porém, permanecendo permeado por controvérsias, sendo a principal delas com relação a sua etiologia, fato que abre espaço para disputas epistemológicas entre diferentes campos do saber na busca por suas causas, formas, diagnósticos e tratamentos. Fernandes

e Gama (2017) ressaltam que apesar das lacunas e da falta de um exame que detecte o autismo, a temática tem beirado à banalidade frente ao crescente número de crianças ditas autistas devido a excessivos diagnósticos, levando-nos a realizar os questionamentos: “De onde veio isso? Por quê? Para quem?”. Diante do exposto devemos problematizar até que ponto o diagnóstico representa avanços, abusos ou certezas. Não queremos questionar aqui a existência ou não do autismo, mas sim questionar o aumento de uma demanda de pareceres clínicos sem que haja primordialmente uma análise crítica acerca do momento histórico e social no qual estamos inseridos. A ação de diagnosticar irrefletidamente insere-se em uma política de medicalização da vida:

Entende-se por medicalização o processo por meio do qual as questões da vida social - complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico – são reduzidas a um tipo de racionalidade que vincula artificialmente a dificuldade de adaptação às normas sociais a determinismos orgânicos que se expressariam no adoecimento do indivíduo.

Grupo de trabalho Educação e Saúde do Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade (2015, p.11)

A educação de crianças com autismo como parte das políticas de educação especial ainda se encontra permeada por discursos que buscam nos diagnósticos médicos as soluções para desafios apresentados em âmbito escolar. Oliveira e Victor (2018) discorrem sobre o tema ao afirmarem que as trajetórias da medicina e da pedagogia estiveram entrelaçadas ao longo da história, sendo o saber pedagógico subordinado ou confundido com o saber médico em grande parte deste percurso.

No caso da escolarização de crianças e jovens com autismo, essa relação parece mais estreita, considerando, a partir de um dado momento histórico, a identificação do autismo com doença mental e desta com a loucura. Nesse contexto a pedagogia se vê diante de desafios de diferentes ordens, na tentativa de construção de um saber pedagógico que possibilite a criação de condições apropriadas à educação escolar desses estudantes no ensino comum.

Oliveira e Victor (2018, p.195)

Fernandes e Gama (2017) expõem como a construção do diagnóstico a partir das mudanças ocorridas nas versões do Manual das Desordens Mentais (DSM)

publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) contribuiu para a popularização dos pareceres sobre autismo. O DSM, em sua primeira versão publicada na década de 50, considerava os transtornos mentais como reações de personalidade a fatores psicológicos, sociais e biológicos, sendo que nessa versão o autismo ainda não ocupava descrição nosográfica. No DSM-II o autismo era considerado ainda como um sintoma. A partir do DSM-III, publicado na década de 80, que o autismo passa a ser considerado como entidade nosográfica, trazendo-o como parte da categoria dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Já o DSM-IV, publicado na década de 90, sofreu grande influência da farmacologia de pesquisas neurocientíficas, focando em aspectos biológicos.

Retomando os caminhos do DSM, atualmente vigora o DSM-V (2013), que introduziu novas mudanças, dentre elas, a extinção dos Transtornos Globais do Desenvolvimento e a criação de uma única categoria diagnóstica para os casos de autismo – “Transtorno do Espectro Autista”- que independe de suas diversas formas de apresentação. Incluídos no “espectro” e sendo identificáveis apenas pela observação, as linhas tornaram-se muito tênues entre autismo e não-autismo, afinal, ele é contínuo, que assim sendo, concorre para o lugar de um dos principais diagnósticos psiquiátricos infantis ao lado do TDAH (transtorno de déficit de atenção e aprendizagem).

Fernandes e Gama (2017, p.6)

Ortega (2013) traz importantes contribuições para a compreensão das representações sobre o autismo contemporaneamente, remetendo em um primeiro momento aos chamados “estudos da deficiência”, que vem desenvolvendo reflexões críticas sobre os discursos de especialistas sobre a deficiência e focando no protagonismo da pessoa com deficiência através do lema “nada sobre nós sem nós”, sendo que tal movimento coincide com o surgimento dos movimentos antipsiquiátrico, feminista, e racial e lança as bases do chamado “modelo social da deficiência”.

A novidade teórica fundamental é a divisão entre “lesão” (*impairment*) e “deficiência” (*disability*). Enquanto a primeira remete à condição física da pessoa, a deficiência, por sua vez, faz referência a um vínculo imposto por uma sociedade sobre o indivíduo com alguma lesão...Basicamente, o modelo social da deficiência surge como alternativa ao modelo hegemônico médico-individual com ênfase no diagnóstico e que constrói o indivíduo deficiente como sujeito dependente.

Ortega (2013, p.123-124)

A partir das reflexões sobre os estudos da deficiência, o autor expõe o surgimento de movimentos pró e anticura do autismo. Os movimentos de anticura do autismo surgem a partir da publicação de relatos autobiográficos de indivíduos autistas como Donna Willians e Temple Gradin, e criticam a busca obsessiva pela cura, defendendo o autismo como uma diferença e não uma doença. Dessa forma, se o autismo é uma diferença, a busca pela cura representaria a tentativa de apagamento da diferença e da diversidade. Esse movimento cunha o termo neurodiversidade e defende uma cultura autista, em um traçado semelhante ao criado pelo movimento surdo, que defende uma cultura da surdez. Em contrapartida há um movimento contrário formado por pais e profissionais que alegam que o discurso sobre a neurodiversidade não leva em consideração que a grande maioria dos autistas não possui capacidades cognitivas e emocionais requeridas para tomar decisões e não podem ser representados por uma minoria que se encontra “no extremo mais funcional do espectro do transtorno” (Ortega, 2013, p.130). Sendo assim, este grupo defende o autismo como doença/deficiência, objetivando com esta afirmação requerer acesso a serviços de saúde e terapêuticas de ordem comportamental.

Orrú (2016) e Orrú e Silva (2015) falam da importância das ponderações quanto ao diagnóstico, ressaltando que o uso que é feito deste pode gerar a exclusão social, utilizando o conceito de iatrogênese social cunhado por Ivan Illich (1926-2002).

“A iatrogênese social é o efeito social não desejado e danoso do impacto social da medicina, mais do que sua ação técnica direta” (ILLICH, 1975, p.43) O efeito do diagnóstico clínico médico para os estudantes que os recebem vem, por vezes, interferindo na organização dos espaços educacionais naquilo que concerne às ações educativas direcionadas a eles(...)Os resultados iatrogênicos do diagnóstico têm refletido na escola a rotulação consequente da medicalização da sociedade, que classifica as pessoas conforme as características expressas no laudo diagnóstico.

Orrú e Silva (2015, p.60)

As autoras deixam claro que a intenção desta problematização não é a negação das características peculiares existentes nos estudantes com tal diagnóstico,

mas sim a reflexão e destaque das práticas docentes a partir da singularidade do estudante, para além da materialização de um conjunto de sintomas. Além disso, intenta-se ir contra a maré iatrogênica do diagnóstico buscando o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com autismo.

Ao revés, o resultado do diagnóstico realizado deveria oferecer o saber sobre as singularidades do autismo, tornar para o ponto onde partiu para não se forjar nos limites reducionistas do potencial do indivíduo, além de auxiliar na constituição de requisitos sociais para galgar com qualidade os alvos necessários para a construção e desenvolvimento de habilidades e novos saberes(...)Ou seja, a questão aqui não é a inexistência do autismo, mas aquilo que se construiu na história e cultura da sociedade sobre ele a partir dos critérios diagnósticos utilizados como instrumentos inerentes ao paradigma científico da psiquiatria moderna.

Orrú (2016, p.49)

Assim como nos fala Orrú (2016), o desafio central no que tange o autismo na atualidade não é o diagnóstico propriamente dito, mas sim, o que tem sido construído sobre ele nos âmbitos educacionais e na sociedade como um todo: uma visão distorcida e que por diversas vezes contribui para o fracasso escolar e a exclusão desses sujeitos. A autora também dedica parte de sua pesquisa à apresentação de relatos de pessoas com autismo e seus familiares, ressaltando que os casos não devem ser generalizados a todos os autistas, mas sim, objetivam apresentar a complexidade presente nessa condição, procurando obter aprendizado a partir destas vivências compartilhadas.

A experiência de um clube do livro

Observando como os processos medicalizantes encontram-se com forte presença nos cotidianos escolares e em especial na vida de alunos que constituem o público alvo das políticas de educação especial, unido ao fato da ascensão do debate sobre o autismo, há que se pensar em práticas não medicalizantes para profissionais da educação e da saúde no que se refere ao autismo. Isso porque estas áreas se encontram imbricadas no que tange aos alunos considerados com necessidades educativas especiais, salientando que este trabalho deve constituir-se de parceria entre diferentes setores e

comunidade, buscando a superação da fragmentação existente na explicação referente aos obstáculos que se apresentam nos cotidianos escolares. Como construir práticas não medicalizantes? Uma sugestão para construção de tais práticas é o trabalho com a formação de professores, para que dessa forma as condutas em sala de aula sejam revistas. Consideramos que este trabalho insere-se em uma perspectiva de formação inventiva, que segundo Dias (2012) envolve a arte como resistência e funciona como um disparador que abre tempo e espaço para a invenção de si e do mundo, criando campo para a problematização de questões que normalmente são tomadas como naturais. Assim, a criação de um clube do livro como formação para professores é uma iniciativa que alia arte constituída de histórias reais e espaço para debates que se aproximam dos cotidianos escolares. Gallian (2017) publicou uma obra intitulada “A literatura como remédio: os clássicos e a saúde da Alma”, e nesta obra relata sua experiência sobre a criação de um laboratório de leitura no curso de medicina de uma Universidade brasileira, expondo que, em um mundo que contribui para a desumanização dos seres, as histórias vêm a ser um remédio para a cura desses males.

Ao oferecer um conhecimento diferente do conhecimento convencional ou científico, ela possibilita compreender os comportamentos e motivações humanas de uma forma mais ampla e profunda, que vai além da visão algorítmica e que incorpora a emoção, a empatia e a intuição.

Gallian (2017, p.83)

Quando falamos em literatura como remédio podemos cair no risco de nos remetermos à medicação/medicalização, porém, Gallian (2017) faz a distinção entre remédio e medicamento:

Nos dicionários médicos, o termo remédio se diferencia do congêneres medicamento, por remeter a qualquer tipo de substância ou prática que não havendo sendo concebida originalmente para um uso terapêutico, pode, entretanto, apresentar virtudes e efeitos terapêuticos e/ou curativos. Ao contrário de um medicamento, que foi concebido e manipulado especificamente para produzir um fim medicamentoso, o remédio apresenta uma identidade própria, independente da ciência e da vontade humana. Talvez justamente por causa disso, o remédio, se, aparentemente, não possui o mesmo nível de eficiência imediata do medicamento sintético, carrega a virtude de algo que é mais

abrangente e benfazejo e menos incisivo e agressivo. Neste sentido, assim como o medicamento se associa com o industrial, massivo e despersonalizado, o remédio nos remete ao caseiro, individual, pessoal. Entendida nessa perspectiva, a literatura, concebida para ser expressão transmissora do mistério humano, ao ser proposta como meio de salvar da desumanização, só pode ser efetivamente concebida como remédio e nunca como medicamento.

Gallian (2017, p.210-211)

O autor também fala do aparecimento de grupos de leitura ou clubes do livro, onde os leitores de forma descompromissada do ponto de vista acadêmico se reúnem para compartilhar sensações e opiniões suscitadas pelas obras, ressaltando que tais dinâmicas ainda são pouco estudadas, mas encontram-se em processo de expansão, possibilitando processos reflexivos, formativos e humanizadores. Dessa forma, seguindo essa expansão dos clubes do livro, no ano de 2017 a Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Vitória em uma parceria com o Programa de Investigação Psicanalítica do Autismo - PIPA (e rabiola) traz a formação voltada para profissionais da educação em formato de clube do livro. A referida formação surge após a oferta de outro momento formativo que foi “O autismo no cinema”, onde foram exibidos filmes com a temática autismo para debate. Dessa forma, após interesse dos participantes foi criado no ano de 2017 o “Esse é um clube do livro”, a fim de realizar a leitura e debate do maior número possível de autobiografias de autistas e relatos de pais; em 2018 o projeto ainda segue. O PIPA (e rabiola) é um programa com várias frentes no Brasil, sendo presidido no Espírito Santo pela psicanalista Bartyra Ribeiro de Castro, que atua na clínica psicanalítica há 33 anos. Ela fundou, junto com um grupo de psicanalistas e psicólogos, o Núcleo de referência, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que visa desenvolver projetos sociais:

Em 2013, a partir de um longo estudo teórico sobre autismo, Rachel Amin, psicanalista em Teresópolis-RJ, e eu criamos o Programa de Investigação Psicanalítica do Autismo - PIPA (e rabiola) com a intenção de buscar responder se há uma epidemia de autismo ou uma epidemia de diagnóstico de autismo. Reunimos equipes de estudos e criamos projetos para serem desenvolvidos junto às áreas da saúde e da educação, visando (in)formar os profissionais que trabalham com estas crianças e com seus pais. Atualmente, temos o PIPA (e rabiola) em 5 frentes de investigação:

Vitória - ES, Teresópolis - RJ, Rio de Janeiro - RJ, Campina Grande - PB e São Paulo - SP. Temos um supervisor/orientador responsável por alinhar o estudo e a política do PIPA que é Gustavo Stiglitz, psicanalista, também Membro da AMP. O PIPA, por ser um Programa, atua, além da pesquisa clínica, com Projetos que vão, desde debates a partir de exibição de filmes com o tema do autismo, a clubes do livro.

Relato de Bartyra Ribeiro de Castro aos autores

Sobre a seleção de livros que será utilizada no clube (Tabela 1), ela diz que estes são coerentes com a via de pesquisa do PIPA, pois os livros são lidos nas demais frentes de trabalho.

Tabela 1 – Livros utilizados no “Esse é um clube do livro”

Livro	Autor	Editora	Ano de publicação
Meu Mundo Misterioso	Donna Williamms	Thesaurus	2012
Uma menina estranha	Temple Grandin e Margaret m. Scariano	Editora das letrinhas	2009
Nascido em um dia Azul	Daniel Tammet	Intrínseca	2007
Meu menino vadio	Luiz Fernando Vianna	Intrínseca	2017
Quem é meu filho	Adriana Goring e Daniela Dotzauer (Orgs)	PIPA	2017
O filho Antirromântico	Priscilla Gilman	Companhia das letras	2015
Alguém em algum lugar	Donna Williams	PIPA (tradução livre)	2018

Fonte: Organização do “Esse é um clube do livro”

O clube é organizado da seguinte forma: é enviado para as escolas um cronograma com as datas dos encontros presenciais e com o título que deverá ser lido para o momento. Os custos com a aquisição dos livros ficam a cargo dos participantes e os encontros normalmente são mensais ou bimestrais aos sábados pela manhã, sendo que os participantes devem comparecer com a leitura indicada realizada. O momento formativo é mediado por Bartyra Ribeiro de Castro e os cursistas têm a oportunidade de expor suas considerações sobre

a leitura, assim como relatar suas experiências em âmbito escolar. No ano de 2018, com a continuidade do clube do livro, objetiva-se a publicação de dois livros de autoria dos participantes do curso. Um livro seguirá o modelo do livro “Quem é meu filho?”, que é constituído por contos curtos narrados por pais a respeito de seus filhos com autismo. Já o livro escrito pelos professores deverá ter o título “Quem é meu aluno?” e objetiva contar fatos cotidianos e aprendizagens a partir da experiência da presença de uma criança com autismo em sala de aula. O segundo livro deverá ser uma compilação de textos que apresentem as práticas pedagógicas presentes nas escolas municipais de Vitória.

Cada um dos livros apresentados e debatidos nos momentos de formação trouxe uma importante problematização que tocou os participantes de diferentes formas e aspectos diversos chamam a atenção. O livro “Meu mundo misterioso” de autoria de Donna Willians é um clássico entre as autobiografias de autistas, sendo Donna uma autista mundialmente conhecida e uma das precursoras do movimento da neurodiversidade citado por Ortega (2013), fato que trouxe grande protagonismo para os sujeitos com autismo. Temple Grandin é uma celebridade entre os estudiosos do autismo: seu livro “Uma menina estranha” (2009) conta a história de uma menina que, condenada através dos piores prognósticos médicos, superou todas as expectativas. Segundo as palavras da própria Donna, “dizer que uma criança autista não apresenta reação absolutamente nenhuma às outras pessoas é um equívoco” (Williams, 2009, p.21). O livro “Meu menino vadio” (2017) de autoria de Luiz Fernando Vianna, jornalista, é uma leitura imperdível, principalmente por ser um dos poucos relatos escritos por um brasileiro e por narrar a saga de um autista que, diferente dos que comumente aparecem nas biografias, é um adolescente com severas dificuldades cognitivas e sociais. A narrativa dá ênfase às construções sociais do autismo e à concepção da luta política acima das lutas individuais, trazendo reflexões sobre relações familiares direitos, rótulos, normalidade, medicação, terapêuticas, educação, entre outras. Um dos pontos importantes da obra de Vianna (2017) também é o fato de como ele expõe o aprendizado que adquiriu com o autismo. Por meio da

leitura das diversas biografias e autobiografias de sujeitos com autismo ele pôde ter um novo olhar para com seu filho:

Ao ler isso, percebi, atolado de remorso, como deixara várias vezes de ser cuidadoso com Henrique. Eu estava, por exemplo, no banco de trás de um carro falando sobre ele com a pessoas que dirigia. Ignorava, portanto, a sua presença. Incomodado com o que ouvia, Henrique fazia sons para indicar que eu deveria parar com aquilo. E quantas outras vezes não devo tê-lo tratado como invisível e insensível? Passei a me policiar graças a Temple e, depois a Carly e outros autistas que conquistaram voz própria.

Vianna (2017, p.161)

A expectativa é que, assim como aconteceu com Luiz Fernando Vianna, os profissionais da educação do município de Vitória adquiram conhecimentos que auxiliem no acolhimento de seu aluno com autismo em sala de aula, e que adicionalmente essa formação desencadeie um possível trabalho pedagógico inclusivo que fuja à lógica medicalizante.

Conclusões

A criação de um clube do livro e leitura de biografias e autobiografias de sujeitos com autismo é uma importante ferramenta para a invenção de práticas não medicalizantes para o autismo, uma vez que se inserem em uma perspectiva de formação inventiva, com foco no sujeito, e não em uma considerada patologia por alguns campos do saber. A partir desse momento formativo, há a possibilidade de problematização sobre situações vivenciadas no cotidiano escolar, fazendo com que os clubistas assumam posturas diferenciadas e que possam ter influência nas relações escolares (além de constituírem-se de ações que podem ser estendidas a profissionais da saúde), focando nas práticas pedagógicas inclusivas e na compreensão do outro, seja ele sujeito com autismo ou não.

Referências

FERNANDES, Maria Cristina Maia de Oliveira; GAMA, Juliana Fonseca de Almeida. Problematizando o diagnóstico e suas incidências sobre o autismo. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2017, Campina

Grande. **Anais do II CONBRACIS**. Editora Realize, 2017. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD1_SA13_ID1545_02052017224437.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2018.

DIAS, Rosimeri de Oliveira. **Formação inventiva de professores**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012. 160p.

GALLIAN, Dante. **A literatura como remédio: Os clássicos e a saúde da alma**. 1ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2017. 216 p.

GILMAN, Priscilla. **O filho antirromântico: Uma história de alegria inesperada**. São Paulo: Companhia das letras, 2015. 352p.

GONRING, Adriana; DOTZAUER, Daniela (Orgs). **Quem é meu filho? Autismo, Psicanálise e Arte**. Vitória: PIPA, 2017. [XX p.]

GRANDIN, Temple; SCARIANO, Margaret M. **Uma menina estranha: autobiografia de uma autista**. . São Paulo: Editora Cia das Letrinhas, 2012.

Grupo de Trabalho Educação e Saúde do Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade. **Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde**. Reimpressão da 1ª edição Revista. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_web-16.06.15.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Ivone Martins; VICTOR, Sonia Lopes. Educação de crianças com autismo: entre conhecimentos e práticas da medicina e da pedagogia. In: LOPES, S.L.; VIEIRA, A.B.; OLIVEIRA, I.M (Orgs). **Educação especial inclusiva: Conceituações, medicalização e políticas**. Campo dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018. cap. 9, p. 195-215.

ORRÚ, Silvia Ester. **Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços excludentes**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016. 248 p.

ORRÚ, Sílvia Ester; SILVA, Virgínia. A escola e a maré iatrogênica do diagnóstico no trabalho junto a estudantes com autismo. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 59-66, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/30725/16785>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. In: CAPONI, S. *et al.* **Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica**. 2ª edição. Curitiba: Editora Prismas, 2013. p.123-140.

RIOS, C. et al. Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**, v. 19, n. 53, p. 325-336, abr./jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0146>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

TAMMET, Daniel. **Nascido em um dia azul: por dentro da mente de um autista extraordinário**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007. 192 p.

VIANNA, Luiz Fernando. **Meu menino vadio**: Histórias de um garoto autista e seu pai estranho. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. 208 p.

WILLIAMS, Donna. **Meu mundo misterioso**: Testemunho excepcional de uma jovem autista. 1ª ed. Brasília: Thesaurus, 2012. 342 p.